

AS 23022

# A questão do PDU

Está certo o novo prefeito de Vitória, Wallace Borges, determinando a reabertura do debate em torno do Plano Diretor Urbano da cidade, principalmente pela falta de seriedade com que o trabalho foi tratado pelos vereadores da Câmara Municipal. Durante mais de um ano e meio, tudo o que se fez foi protelar a votação do projeto, certamente por causa da influência de pessoas interessadas em adiar indefinidamente a sua implantação.

Um Plano Diretor Urbano é algo que Vitória deveria ter há pelo menos 20 anos. Ele deveria ter preservado monumentos históricos, construções antigas como o velho Castelinho da rua Gama Rosa, demolido para atender a interesses particulares. Tivéssemos um PDU há dez anos, pelo menos, e muita coisa importante para a nossa memória teria sido preservada. Quando nada seria disciplinada a construção de espigões em torno de prédios históricos que a especulação imobiliária não consegue atingir, do tipo de igrejas e construções como o Palácio Anchieta, para ficar só no exemplo mais gritante.

Um Plano Diretor que se preze prevê as necessidades de transporte, disciplina o uso do solo em proveito da população, estabelece normas capazes de conter o processo cada vez mais acelerado de descaracterização da cidade. A falta do PDU permitiu que verdadeiros absurdos se cometessem em nome do progresso. Um jornal não

deve se posicionar contra o desenvolvimento, mas cabe a ele, como porta-voz da comunidade, acompanhar sua evolução para impedir que prevaleçam apenas os interesses imediatistas, em detrimento dos problemas que serão vividos no futuro.

Vitória experimentou um processo de crescimento inimaginável há dez anos. São muito pesados os ônus desse enorme desenvolvimento experimentado pela Capital, uma cidade com apenas duas ruas para escoamento de seu estrangulado e ineficaz sistema de transporte. Enquanto se permitiu que a cidade crescesse para cima, com a construção de um espigão atrás do outro, esqueceu-se do outro lado da ilha, que ficou abandonado até bem pouco tempo, que hoje agora se expande por causa das invasões e dos aterros com o lixo recolhido pela Prefeitura.

É fundamental, porém, que a atitude de Wallace Borges tenha um prazo definido. O PDU deve ser rediscutido por todas as entidades que se interessam por ele. Mas todos precisam se conscientizar de que isto não pode continuar indefinidamente sem uma data para o plano retornar à Câmara. A cidade não pode ficar passivamente aguardando o final da atual legislatura, deixando a questão para ser decidida pelos vereadores que serão eleitos em novembro. Porque aí teremos um atestado coletivo de incompetência, referendado pela totalidade de nossos vereadores.

A QUESTÃO DO PDU. A Tribuna, Vitória

15 maio 1982. p. 2. 1. col. C. 3 e 4.